

**DO PADROADO À SEPARAÇÃO: IGREJA, ESTADO E POVO SOB O IMPACTO  
DO ILUMINISMO E DO POSITIVISMO (1500–1890)**

FROM PATRONAGE TO SEPARATION: CHURCH, STATE, AND PEOPLE  
UNDER THE IMPACT OF THE ENLIGHTENMENT AND POSITIVISM (1500–1890)

DEL PATROCINIO A LA SEPARACIÓN: IGLESIA, ESTADO Y PUEBLO  
BAJO EL IMPACTO DE LA ILUSTRACIÓN Y EL POSITIVISMO (1500–1890)

*Luciana Müller*

*Orientador(a): Prof. Dr. Tobias do Rosário Serrão*

## RESUMO

O presente artigo investiga as origens históricas do catolicismo no Brasil e o processo de separação entre Igreja e Estado, compreendido como o primeiro grande momento de crise e reconfiguração religiosa nacional. A análise parte das relações de padroado e regalismo, da penetração das ideias iluministas e positivistas e da laicização progressiva da sociedade brasileira no século XIX. O estudo apoia-se em fontes históricas, como Lima (1962), e em estudos sociológicos posteriores, como os Cadernos ISER (1979), destacando o modo como o catolicismo passou de instituição hegemônica a matriz simbólica da cultura. Conclui-se que a perda da unidade entre fé e política inaugurou o processo de secularização que moldaria a identidade religiosa do Brasil moderno.

**Palavras-chave:** catolicismo; iluminismo; positivismo; secularização; igreja e Estado; religião e sociedade.

## ABSTRACT

This article investigates the historical origins of Catholicism in Brazil and the process of separation between Church and State, understood as the first major moment of national religious crisis and reconfiguration. The analysis begins with the relations of patronage and regalism, the penetration of Enlightenment and positivist ideas, and the progressive secularization of Brazilian society in the 19th century. The study is based on historical sources, such as Lima (1962), and on subsequent sociological

studies, such as the ISER Notebooks (1979), highlighting how Catholicism transformed from a hegemonic institution to a symbolic matrix of culture. It concludes that the loss of unity between faith and politics inaugurated the process of secularization that would shape the religious identity of modern Brazil.

**Keywords:** catolicismo; ilustración; positivismo; secularización; iglesia y Estado; religión y sociedad.

## RESUMEN

Este artículo investiga los orígenes históricos del catolicismo en Brasil y el proceso de separación entre Iglesia y Estado, entendido como el primer gran momento de crisis y reconfiguración religiosa nacional. El análisis parte de las relaciones de patronazgo y realismo, la penetración de las ideas ilustradas y positivistas, y la progresiva secularización de la sociedad brasileña en el siglo XIX. El estudio se basa en fuentes históricas, como Lima (1962), y en estudios sociológicos posteriores, como los Cuadernos del ISER (1979), que ponen de relieve cómo el catolicismo pasó de ser una institución hegemónica a una matriz simbólica de la cultura. Concluye que la pérdida de la unidad entre fe y política inauguró el proceso de secularización que daría forma a la identidad religiosa del Brasil moderno.

**Palabras clave:** catolicismo; ilustración; positivismo; secularización; iglesia y Estado; religión y sociedad.

## 1 INTRODUÇÃO

A história do catolicismo no Brasil é indissociável da formação política, cultural e espiritual da nação. Desde os primórdios da colonização, a Igreja Católica exerceu papel estruturante, não apenas como instância religiosa, mas como mediadora moral e legitimadora do poder. O regime do Padroado, instituído pela Coroa Portuguesa e mantido durante o Império, configurou uma simbiose entre trono e altar que marcou profundamente a identidade brasileira. Nesse modelo, a Igreja se tornou parte integrante da administração pública, com o clero tratado como funcionários do Estado e os documentos pontifícios subordinados à autorização régia.

Entretanto, esse mesmo arranjo político-religioso gerou tensões internas e espirituais. O catolicismo oficial, dependente da tutela estatal, conviviu com uma religiosidade popular vigorosa, mas teologicamente superficial. À medida que o Iluminismo, o liberalismo e, posteriormente, o positivismo se difundiam entre as elites, a cristandade tradicional começou a ser desafiada por novas concepções de razão, progresso e moralidade. O processo de secularização, longe de representar apenas declínio da fé, expressou a busca por autonomia tanto do Estado quanto da própria Igreja.

Foi nesse contexto de transição espiritual que a Revolução Francesa (1789) exerceu influência decisiva sobre o mundo ocidental, irradiando um novo paradigma político e religioso. Mais do que uma simples ruptura institucional, ela representou — como observam autores como Eric Voegelin, Emilio Gentile e Jacob Talmon — o nascimento das “religiões políticas”, em que ideais seculares como Liberdade, Igualdade e Progresso assumiram funções antes reservadas ao transcendente. O culto à razão e a sacralização do Estado instauraram uma nova forma de fé civil, que substituiria a teologia cristã por uma teologia política. Esses impulsos espirituais e ideológicos, ainda que reinterpretados, chegaram também ao Brasil, inspirando as elites intelectuais e políticas do século XIX e moldando o processo de secularização que culminaria na separação entre Igreja e Estado.

A separação entre Igreja e Estado, decretada em 7 de janeiro de 1890, constituiu um ponto de inflexão histórica. Paradoxalmente, o que parecia um golpe contra a religião resultou em um renascimento do catolicismo brasileiro. Livre das restrições políticas e do controle régio, a Igreja pôde reorganizar-se institucionalmente, expandir sua presença missionária e fortalecer sua identidade pastoral. Esse movimento de renovação espiritual e crescimento eclesial demonstra que a secularização, em vez de destruir a fé, foi o instrumento que permitiu à Igreja recuperar sua liberdade e maturidade evangélica.

Dessa forma, este artigo analisa a trajetória do catolicismo brasileiro entre os séculos XVI e XIX, investigando as relações entre fé, poder e sociedade sob a influência do Iluminismo e do Positivismo. Busca-se compreender como a crise do

Padroado e a separação formal entre Igreja e Estado desencadearam um processo de transformação que culminou no fortalecimento autônomo da Igreja e na consolidação de um catolicismo renovado, espiritual e missionário — um verdadeiro renascimento eclesial que preparou o terreno para as reconfigurações religiosas do século XX.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste artigo fundamenta-se na sociologia da religião, na filosofia moderna, na formação religiosa brasileira, e na renovação eclesial, visando compreender as transformações do catolicismo brasileiro entre o período colonial e o início da República.

### 2.1 Sociologia da religião e secularização

A sociologia da religião oferece o referencial indispensável para compreender a passagem do catolicismo estatal para um modelo de religiosidade mais autônomo e plural. Max Weber destaca que a modernidade inaugura o processo de racionalização e “desencantamento do mundo”, deslocando gradualmente a religião da esfera pública para domínios mais privados e subjetivos. Esse movimento não significa eliminação da fé, mas transformação das bases que estruturam a vida social e política.

Pierucci, reinterpreta Weber, argumenta que a secularização consiste menos na perda da fé e mais na “transferência de legitimidade”: instituições como o Estado, a ciência e o direito assumem funções que antes pertenciam à Igreja. Assim, a secularização não implica desaparecimento da religião, mas sua mudança de posição no conjunto da sociedade. Essa perspectiva permite entender a transição brasileira no século XIX, marcada pelo declínio do Padroado e pela emergência do Estado laico.

Casanova contribui ao distinguir três dimensões da secularização: declínio da prática religiosa, privatização da fé e diferenciação das esferas sociais. Ele

demonstra que sociedades modernas podem experimentar apenas alguns desses elementos, o que explica por que o Brasil passou por profunda secularização institucional após 1890, sem perda imediata da religiosidade popular. A Igreja deixou de ser parte estruturante do Estado, mas manteve forte presença cultural.

Peter Berger, ao revisar sua própria teoria, destaca que a modernidade não conduz ao desaparecimento da religião, mas à pluralização dos sistemas de crença. A fé deixa de ser óbvia e se torna escolha. Essa leitura converge com Charles Taylor, para quem a secularidade moderna é uma condição em que múltiplas formas de crença e descrença coexistem como possibilidades legítimas. Assim, a modernidade amplia o espaço de liberdade religiosa, sem necessariamente minar a fé.

Por fim, Émile Poulat demonstra que a modernidade cristã deve ser compreendida como tensão entre tradição e emancipação. Mesmo diante da laicização do Estado, categorias cristãs continuam moldando a cultura e a moral públicas. Essa chave interpretativa permite entender a experiência brasileira entre 1500 e 1890: o país viveu simultaneamente laicização política e permanência simbólica do catolicismo enquanto matriz cultural, inaugurando um processo de secularização singular — não marcado por ruptura, mas por reorganização do lugar social da religião.

## 2.2 Teologia da história

A teologia da história constitui um dos eixos interpretativos essenciais para compreender as relações entre Igreja, Estado e cultura ao longo do período colonial e imperial. Sua formulação clássica encontra-se em Santo Agostinho, especialmente em *Civitas Dei*, onde o autor distingue, sem separar, a Cidade de Deus e a cidade terrena. Para Agostinho, os acontecimentos políticos e sociais não são meros fatos humanos, mas expressões do drama espiritual que atravessa a história: a tensão permanente entre o amor de Deus e o amor de si, entre a graça que eleva e a vontade que se fecha no poder. Essa perspectiva tornou-se o fundamento para a

compreensão cristã da história como espaço de colaboração e conflito entre ordem temporal e ordem espiritual.

Joseph Ratzinger retoma essa tradição ao afirmar que a história não é apenas cenário externo onde a fé se desenvolve, mas lugar teológico no qual a verdade cristã se confronta com culturas, instituições e poderes. Em sua leitura, a história da Igreja deve ser compreendida como caminho de purificação, no qual a fé aprende progressivamente a libertar-se de estruturas políticas que a instrumentalizam. Nesse sentido, o regime do Padroado — embora tenha possibilitado a presença institucional da Igreja no Brasil — representou uma tentativa precária de conciliar o “reino de César” e o “reino de Deus”. A dependência estrutural da Igreja ao Estado limitou sua autonomia pastoral, sua capacidade missionária e a formação de um laicato maduro, criando uma cristandade mais jurídica que espiritual.

Essa configuração histórica começou a entrar em crise com o advento do Iluminismo e, posteriormente, com a Revolução Francesa. Ratzinger observa que, a partir desse período, desloca-se a autoridade fundante da sociedade: da revelação para a razão; da Igreja para o Estado; do sagrado para o político. O que se consolida é uma nova matriz antropológica e epistemológica, na qual a fé deixa de ser princípio organizador da vida pública. Taylor (2007) descreve essa transformação como ruptura profunda entre fé e cultura — um processo no qual a religiosidade deixa de encontrar seu ambiente natural na sociedade e passa a ser contestada, relativizada ou reinterpretada.

Do ponto de vista teológico, esse deslocamento produziu a crise da cristandade. A aliança entre trono e altar, típica do modelo padronal, tornou-se insustentável num mundo que reivindicava autonomia das esferas políticas e científicas. A Igreja passou a reconhecer que sua vinculação ao poder temporal não era expressão genuína do Evangelho, mas condicionamento histórico. Tal crise, contudo, não deve ser lida apenas como perda, mas como oportunidade: ao libertar-se da tutela estatal, a Igreja redescobre sua natureza espiritual, seu protagonismo evangelizador e sua missão profética frente ao mundo moderno.

### 2.3 Filosofia moderna e positivismo

O Iluminismo introduziu o princípio da autonomia da razão, conforme exposto por Kant (1784) em *Resposta à Pergunta: Que é o Esclarecimento?*, inaugurando uma concepção antropocêntrica da moral e da ordem social. Essa nova racionalidade, centrada na emancipação humana por meio da ciência e do progresso, influenciou decisivamente o liberalismo político do século XIX, que, no Brasil, encontrou terreno fértil após o enfraquecimento do regime padronal. A culminância dessa matriz filosófica manifesta-se no positivismo comtiano, cuja proposta de substituir a religião revelada pela “religião da humanidade” (COMTE, 1852) representou a formulação mais explícita de uma espiritualidade secular moderna.

Entre o Iluminismo e o positivismo, a Revolução Francesa (1789) consolidou a ruptura espiritual mais profunda da modernidade. Como mostram Voegelin (1938), Gentile (2006) e Talmon (1960), esse evento não se limitou a reorganizar estruturas políticas; ele instaurou as chamadas religiões políticas, isto é, sistemas de crença seculares que atribuíam ao Estado, à pátria e ao progresso funções redentoras antes atribuídas ao sagrado. O culto à Razão, o calendário revolucionário e a sacralização da cidadania são expressões desse deslocamento: aquilo que antes dizia respeito à transcendência passa a ser reinterpretado no horizonte imanente da história.

Essas ideias penetraram no Brasil sobretudo por intermédio das elites intelectuais do século XIX, cuja formação europeizada incorporava o liberalismo, o cientificismo e, posteriormente, o positivismo. A “fé republicana”, como analisam os Cadernos do ISER (1979), estruturou-se como uma verdadeira religião civil, fundada no progresso, na ordem e na confiança absoluta na ciência. O lema “Ordem e Progresso” na bandeira nacional representa, assim, não apenas um ideal político, mas o símbolo máximo dessa espiritualidade moderna, que procurou substituir o catolicismo como matriz moral da sociedade brasileira.

A formação desse imaginário racionalista condicionou profundamente a transição do Império para a República. A secularização brasileira, longe de ser apenas um processo institucional de distinção entre Igreja e Estado, assumiu contornos espirituais: houve a transferência do sagrado do altar para o Estado e, depois, para a própria sociedade. O horizonte transcendental do cristianismo foi progressivamente reinterpretado em termos de cidadania, progresso científico e evolução moral da humanidade. Nesse sentido, a modernidade brasileira não destruiu a estrutura simbólica da religião, mas a deslocou, transformando-a em fundamento moral da República e legitimando novas formas de autoridade cultural e política.

Por fim, a incorporação dessas ideias produziu um impacto duradouro sobre o catolicismo brasileiro. A Igreja, ao enfrentar um ambiente intelectual cada vez mais dominado por narrativas seculares, viu-se obrigada a redescobrir sua identidade espiritual além dos vínculos estatais.

#### **2.4 A formação religiosa brasileira**

A formação religiosa do Brasil possui raízes profundamente vinculadas ao processo de colonização portuguesa, no qual a fé católica foi introduzida simultaneamente como elemento evangelizador e como instrumento de organização social. Segundo Lima (1962), o catolicismo colonial caracterizou-se por uma religiosidade predominantemente devocional, afetiva e exteriorizada, marcada pela força das festas, irmandades e práticas populares. A ausência de uma formação doutrinária sistemática e o reduzido número de clérigos bem preparados favoreceram a constituição de uma fé mais ritual do que teológica, em que o sagrado se expressava por meio de símbolos sensíveis e de forte impacto emocional.

Esse caráter devocional, apontado também por Pierre Sanchis (1997), deu origem ao que o autor denomina “catolicismo de pertença”, isto é, uma religiosidade na qual a identidade católica precede a adesão consciente e doutrinária. Nesse modelo, ser católico é antes uma condição cultural e comunitária do que um ato

deliberado de fé. Tal estrutura religiosa contribuiu para que o catolicismo se tornasse o eixo organizador da vida social, uma vez que a paróquia, a festa e a devoção conformavam o ritmo cotidiano das comunidades, estruturando formas de solidariedade, autoridade e pertencimento.

Roger Bastide (1971) acrescenta que o catolicismo brasileiro não se desenvolveu de maneira homogênea, mas em constante diálogo com outras matrizes culturais, como as tradições indígenas e africanas. Esse encontro, frequentemente marcado por tensões, originou um sincretismo que permitiu a sobrevivência de práticas e cosmologias pré-cristãs sob roupagens católicas. A pluralidade de crenças conviveu, assim, com a hegemonia simbólica da Igreja, configurando um campo religioso que, embora oficialmente monolítico, era internamente diverso e permeável a adaptações locais.

Do ponto de vista sociopolítico, a estrutura religiosa brasileira foi diretamente influenciada pelo regime do Padroado, que vinculava a Igreja ao Estado e limitava sua autonomia pastoral. Como observa Sérgio Buarque de Holanda (1995), a religiosidade luso-brasileira era moldada por uma sociabilidade cordial, na qual o personalismo e o hibridismo cultural predominavam sobre uma disciplina institucional rigorosa. A fé católica se converteu, assim, em matriz civilizatória, mas não em norma moral unificadora, havendo grande distância entre o ideal cristão e as práticas sociais cotidianas.

A análise de Darcy Ribeiro (1995) reforça que esse catolicismo de base popular foi decisivo para a construção da identidade nacional. Ao mesmo tempo, sua fragilidade catequética deixou espaço para que, no século XIX, ideias iluministas, liberais e positivistas encontrassem terreno favorável entre as elites. O contraste entre um povo de religiosidade intensa, porém pouco doutrinado, e uma elite progressivamente laicizada explica parte da tensão entre tradição e modernidade que marcou a transição do Império para a República.

Nesse sentido, a formação religiosa brasileira produziu uma contradição estrutural: ao mesmo tempo em que consolidou o catolicismo como eixo simbólico da vida social, preparou o terreno para sua vulnerabilidade diante da secularização

e das transformações culturais do século XIX. A falta de aprofundamento teológico e a dependência institucional do Estado dificultaram a construção de um catolicismo consciente, capaz de enfrentar os desafios intelectuais do Iluminismo e do Positivismo. Assim, compreender a formação religiosa brasileira é essencial para interpretar os conflitos e rupturas que levaram ao declínio do modelo de cristandade e ao surgimento de uma Igreja mais autônoma e espiritualizada.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa adotou uma abordagem histórico-analítica, articulando a reconstrução cronológica dos acontecimentos com a interpretação sociológica e teológico-filosófica dos fenômenos que moldaram a relação entre Igreja, Estado e sociedade no Brasil entre 1500 e 1890. Essa metodologia permitiu compreender não apenas os fatos históricos, mas também os sentidos culturais, religiosos e políticos atribuídos a eles, conforme orienta a tradição metodológica das ciências humanas.

Do ponto de vista histórico, a pesquisa fundamentou-se em fontes clássicas sobre o catolicismo brasileiro, especialmente a obra de Lima (1962), publicada na Enciclopédia Delta-Larousse, que apresenta uma síntese magistral da formação catequética do país, da estrutura do Padroado e da gradual laicização das elites intelectuais. Essa fonte ofereceu a base documental e interpretativa para a compreensão da organização institucional da Igreja durante o período colonial e imperial, bem como para o estudo da mentalidade religiosa e política do Brasil oitocentista. O uso de Lima (1962) justifica-se não apenas por sua relevância historiográfica, mas por sua capacidade de integrar história religiosa, sociologia e antropologia cultural em uma perspectiva unificada.

Como referencial sociológico, foram incorporadas análises provenientes do Cadernos do ISER (1979), Igreja e Sociedade no Brasil, que examinam a função social da Igreja, sua atuação pública e o processo de secularização de sua autoridade após o fim do regime do Padroado. Os estudos do ISER foram fundamentais para compreender a transição estrutural da Igreja de instituição estatal para instituição pastoral autônoma, bem como para interpretar a mudança do

catolicismo de “religião homogênea” para “religião pública em disputa” no campo social. Esses textos permitiram relacionar os eventos históricos a transformações nas práticas sociais, políticas e discursivas da Igreja brasileira.

O arcabouço teórico da pesquisa articulou conceitos-chave das ciências sociais e da filosofia moderna, especialmente as teorias da secularização de Taylor (2007), que descreve a modernidade como “era das opções”; de Pierucci (1996), que interpreta a secularização brasileira como processo de pluralização cultural sem abandono do sagrado; e de Émile Poulat (1982), que analisa a laicidade estatal como produto da dissociação moderna entre poder político e autoridade religiosa. A esses autores somou-se a referência ao positivismo de Auguste Comte (1852), cuja “religião da humanidade” influenciou decisivamente a formação moral e intelectual da Primeira República, atuando como marco ideológico de substituição simbólica da religião tradicional.

O método utilizado combinou dois procedimentos principais:

a) análise histórica, incluindo eventos, legislações e estruturas institucionais (Padroado, Constituição de 1824, Declaração de 1890 sobre liberdade de culto), para reconstruir o percurso da relação Igreja–Estado;

b) interpretação sociológica, orientada pelas categorias de secularização, laicidade, hegemonia cultural e transformação da religiosidade, com base nas contribuições de Weber, Taylor, Pierucci, Casanova e nos Cadernos do ISER.

Como procedimento interpretativo transversal, empregou-se a abordagem fenomenológica da religião, compreendendo a fé como experiência histórica e cultural encarnada nas estruturas sociais, nas mentalidades coletivas e nas práticas religiosas. Essa perspectiva — inspirada em autores como Guardini, Ratzinger e de Lubac — permitiu integrar os elementos histórico-políticos e sociológicos às dimensões espirituais e teológicas do fenômeno religioso.

Assim, a metodologia adotada permitiu correlacionar processos históricos (Padroado, secularização, positivismo), transformações sociais (urbanização, emergência das elites letradas, difusão de ideologias modernas) e mudanças no campo religioso (reconfiguração do catolicismo, pluralização religiosa, início da

modernidade espiritual). Dessa forma, o estudo alcança uma leitura abrangente e crítica do período, articulando rigor documental e interpretação teórico-metodológica conforme as exigências científicas da pesquisa em Religião e Sociedade.

## **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Os resultados apresentados nesta seção demonstram como os processos históricos, filosóficos e teológicos discutidos no referencial teórico se materializaram na trajetória do catolicismo brasileiro entre os séculos XVI e XIX. A análise evidencia que o modelo de cristandade — caracterizado pela fusão entre Igreja e Estado — sustentou-se enquanto vigoraram estruturas coloniais e imperiais, mas entrou em declínio com a ascensão do Iluminismo, do liberalismo e do positivismo, que deslocaram o fundamento moral da sociedade da revelação para a razão humana. Entretanto, diferentemente da narrativa clássica de secularização europeia, no Brasil a religiosidade popular permaneceu robusta, e o catolicismo, mesmo fragilizado juridicamente, continuou culturalmente dominante.

A partir dos estudos do ISER (1979), de Lima (1962), e das teorias de secularização de Taylor (2007), Pierucci (1996) e Casanova (1994), torna-se possível compreender que a separação entre Igreja e Estado não produziu uma diminuição da fé, mas um rearranjo estrutural, no qual a Igreja, liberta do controle civil, reencontra sua autonomia espiritual e inaugura o chamado Renascimento do Catolicismo.

Assim, os resultados permitem afirmar que o processo brasileiro não foi meramente jurídico, mas espiritual e sociológico: a crise do Padroado representou a ruptura com um modelo de dependência política e a abertura para uma Igreja missionária, doutrinariamente fortalecida e institucionalmente moderna.

### **4.1 O Padroado Régio e o catolicismo colonial**

Durante os três primeiros séculos de colonização, a vida religiosa no Brasil foi estruturada pelo Padroado Régio, sistema pelo qual a Coroa Portuguesa detinha o monopólio sobre a organização e o governo da Igreja no território colonial.

Conforme analisa Lima (1962), esse arranjo transformou a Igreja em órgão auxiliar do Estado, submetendo bispos, paróquias e ordens religiosas à lógica administrativa da monarquia. A nomeação episcopal, a criação de dioceses, a manutenção dos templos e até a introdução de ordens missionárias dependiam de autorização régia.

Sob esse regime, formou-se uma Igreja profundamente estatizada, marcada por um clero com perfil mais burocrático do que pastoral. Weber (1922) descreve esse fenômeno como racionalização jurídico-política da religião, na qual o poder espiritual é absorvido pelo aparato institucional. No Brasil, tal racionalização assumiu forma híbrida: a Igreja era legalmente poderosa, mas espiritualmente frágil; administrativamente organizada, mas pastoralmente limitada.

A catequese indígena — conduzida por jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas — era, como observa Lima (1962), mais moralizadora do que teológica. Os missionários buscavam adaptar práticas devocionais ao imaginário local, criando um catolicismo de forte caráter popular, impregnado por festas, romarias, ladainhas e culto aos santos. Taylor (2007) interpreta esse tipo de religiosidade como expressão da “era da fé incorporada”, na qual a religião estrutura o tecido social e simboliza a ordem comunitária.

Nesse contexto, o Brasil colonial formou-se como uma sociedade sacralizada, onde o pertencimento religioso não era opção, mas condição civilizacional. Contudo, essa sacralidade convivia com a fragilidade doutrinal e a ausência de autonomia eclesial. Casanova (1994) lembra que, em regimes de cristandade, a fusão entre trono e altar impede a Igreja de exercer criticamente sua missão profética, e é exatamente o que caracterizou os séculos coloniais.

Portanto, o Padroado produziu um catolicismo de enorme força cultural, mas de reduzido vigor institucional — situação que prepararia as tensões dos séculos XVIII e XIX.

#### **4.2 O Iluminismo e o início da laicização**

No século XVIII, com a chegada das ideias iluministas e racionalistas ao Brasil, inicia-se um processo de laicização das elites que Lima (1962) descreve

como “descatolicização intelectual”. Obras de Voltaire, Rousseau, Diderot e Montesquieu passaram a circular nos círculos acadêmicos e políticos, especialmente a partir da reforma universitária de Coimbra (1772), que substituiu a filosofia escolástica pelo racionalismo moderno.

O Iluminismo introduziu o princípio segundo o qual a razão é o único critério legítimo de verdade, deslocando a revelação para a esfera privada. Esse processo — seguindo a leitura de Pierucci (1996) — não significou abandono da fé pelas elites, mas uma mudança de lugar social da religião. O catolicismo deixou de ser estrutura de legitimação do Estado e transformou-se em elemento moral individual, desvinculado de sua força pública.

A modernidade brasileira, porém, assumiu características próprias. Ao contrário da Europa, onde a secularização se organizou em torno de rupturas institucionais, no Brasil ela ocorreu sobretudo no plano simbólico: o povo permaneceu profundamente religioso, enquanto as elites se tornaram intelectualmente seculares. A essa clivagem social — religiosidade popular vs. racionalismo elitista — Casanova (1994) chama de “desprivatização seletiva”, pois a religião manteve-se viva na esfera pública informal (festas, irmandades, devoções), mesmo quando excluída das instituições estatais.

Ao mesmo tempo, a ascensão das sociedades secretas — especialmente a maçonaria — reforçou a difusão de ideais de autonomia moral e anticlericalismo. Gramsci (1930) interpreta movimentos desse tipo como “intelectuais orgânicos da modernidade”: grupos que articulam novos imaginários sociais capazes de substituir a tradição religiosa como referência cultural dominante.

O resultado desse processo foi a formação de uma elite “católica por hábito, iluminista por convicção”, como sintetiza Lima (1962). Esse dualismo marca estruturalmente o Brasil moderno.

#### **4.3 O regalismo, a influência da maçonaria e a Questão Religiosa**

O século XIX assistiu ao acirramento das tensões entre a Igreja e o Estado, em grande parte devido à permanência do regalismo imperial, cujas raízes estavam

no Padroado. Mesmo após a Independência (1822), a Constituição de 1824 manteve o catolicismo como religião oficial, mas submetido integralmente ao imperador. Nenhum documento papal podia circular sem aprovação estatal; nenhuma decisão disciplinar podia ser aplicada sem o beneplácito régio. Essa submissão reduzia o clero a funcionários públicos e impedia a Igreja de exercer sua autoridade própria.

Paralelamente, a maçonaria, inspirada pelos ideais iluministas e liberais, tornou-se força política dominante. Lima (1962) mostra que muitos ministros, governadores provinciais e membros da elite intelectual pertenciam às lojas maçônicas, que promoviam anticlericalismo e defendiam uma moral civil laica. As lojas funcionavam como centros de sociabilidade moderna, representando simbolicamente a nova racionalidade do Estado.

O conflito entre Igreja e Estado atingiu seu ápice com a Questão Religiosa (1872–1875). Ao aplicar as condenações papais contra a maçonaria, os bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa desafiaram diretamente o controle estatal. A prisão dos bispos pelo Império não apenas provocou escândalo internacional, mas despertou a consciência eclesial nacional. Casanova (1994) interpretaria episódios como esse como momentos de “desprivatização da religião”: a Igreja, ao reivindicar sua autonomia, reaparece como ator público.

Lima (1962) considera a Questão Religiosa o divisor de águas entre a Igreja estatal e a Igreja autônoma. O clero, até então dividido entre regalistas e romanistas, uniu-se em torno da fidelidade à Santa Sé. O episódio que pretendia enfraquecer a Igreja acabou fortalecendo sua identidade pastoral e doutrinária.

Assim, a Questão Religiosa encerra a era da subserviência e inaugura o processo de libertação institucional que culminaria no Renascimento do Catolicismo.

#### **4.4 Renascimento do catolicismo**

Com a separação entre Igreja e Estado decretada em 07 de janeiro de 1890, a Igreja brasileira iniciou um processo de reconstrução institucional sem precedentes. Liberta do controle político, pôde reorganizar seu episcopado, fundar

novas dioceses, convocar sínodos e fortalecer a formação sacerdotal. O crescimento estrutural foi impressionante: de quatro dioceses no início do século XVIII para mais de 130 circunscrições eclesiais em 1956.

Esse crescimento não foi apenas quantitativo, mas qualitativo. Seguindo a leitura de Congar (1950), pode-se afirmar que a Igreja viveu uma “reforma autêntica”, fundada na volta às fontes da fé. Seminários foram multiplicados, devoções foram revitalizadas, congregações religiosas se expandiram, e movimentos leigos ganharam vigor. Ratzinger (1968) interpreta esses processos como amadurecimento da Igreja na modernidade: a fé aprende a viver sem garantias políticas, sustentada apenas pela verdade que confessa.

O primeiro Concílio Plenário Brasileiro (1939) expressa esse renascimento: uma Igreja doutrinariamente unificada, disciplinada, missionária e em profunda sintonia com Roma.

#### **4.5 O Positivismo e a moral republicana**

Com a Proclamação da República, o positivismo — especialmente a vertente comtiana — tornou-se referência moral e política. Seu projeto de substituir a religião revelada pela “religião da humanidade” ofereceu uma estrutura simbólica para o novo Estado. A laicização das escolas, o casamento civil obrigatório e o fim da autoridade jurídica da Igreja marcaram a vitória cultural da racionalidade moderna.

O ISER (1979) interpreta esse processo como transição do catolicismo estatal para o catolicismo social: a Igreja perde seu poder político, mas recupera sua força comunitária. Casanova (1994) mostra que, em sociedades com forte tradição religiosa, a laicização do Estado não implica secularização da população. Isso explica a persistência das festas religiosas, romarias, irmandades e devoções populares durante toda a República Velha.

Para Pierucci (1996), esse fenômeno constitui “secularização sem desencantamento”: o Estado torna-se laico, mas a cultura permanece profundamente religiosa. Assim, o sagrado, expulso das instituições, migra para a

experiência pessoal e comunitária, consolidando um modelo singular de religiosidade popular brasileira.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico analisado neste estudo demonstra que a formação do catolicismo brasileiro entre os séculos XVI e XIX não pode ser compreendida apenas como sucessão de eventos políticos, mas como processo profundo de transformações espirituais, culturais e institucionais, no qual a relação entre Igreja, Estado e sociedade sofreu deslocamentos sucessivos em direção à autonomia e maturidade pastoral. Os achados revelam que o Padroado, embora tenha garantido a presença institucional da Igreja no território colonial e imperial, produziu um modelo de cristandade marcado pela dependência administrativa e pela fragilidade doutrinal do clero. A fusão entre trono e altar, mais do que uma simples relação jurídica, configurou uma mentalidade religiosa que dificultou a autocompreensão eclesial e comprometeu a vitalidade missionária.

A incorporação das ideias iluministas, do liberalismo e do positivismo ao imaginário das elites brasileiras introduziu uma ruptura simbólica profunda. Conforme evidenciam Taylor (2007), Pierucci (1996) e Casanova (1994), a modernidade implicou não apenas a secularização das instituições, mas também a reconfiguração da experiência religiosa. No caso brasileiro, essa secularização não significou declínio da fé, mas deslocamento do *locus* do sagrado: da religião oficialmente sustentada pelo Estado para uma religiosidade popular viva, expressiva e resistente, que permaneceu estruturando identidades, festas e formas de sociabilidade. Assim, enquanto as elites se laicizavam em nível intelectual, o povo preservava formas de religiosidade que garantiram a resiliência cultural do catolicismo.

A análise do século XIX, especialmente dos efeitos do regalismo e da Questão Religiosa, confirma que a tensão entre autoridade estatal e autonomia eclesial foi o motor teológico e social do processo de emancipação da Igreja. A reação dos bispos romanistas, culminando na prisão de Dom Vital e Dom Macedo

Costa, representou não apenas uma disputa jurídica, mas a afirmação inédita da consciência eclesial nacional. Esse momento, interpretado por Lima (1962) como divisor de águas, revela que a crise do Padroado preparou espiritualmente a Igreja para a separação de 1890 — evento que não destruiu sua autoridade, mas a depurou, permitindo o florescimento de uma identidade católica mais livre, missionária e coerente com a eclesiologia universal.

A separação entre Igreja e Estado não pode ser vista como derrota da fé, mas como condição para sua renovação. Conforme Congar, de Lubac e Ratzinger demonstram, a liberdade institucional é o terreno fecundo para a autenticidade espiritual. No caso brasileiro, essa liberdade desencadeou o que este estudo identificou como Renascimento do Catolicismo, marcado pela expansão episcopal, reorganização paroquial, fortalecimento do laicato e incremento da ação missionária. A laicização do Estado — fortemente influenciada pelo positivismo comtiano — ao invés de eliminar o cristianismo, criou as condições para que ele reencontrasse sua dimensão comunitária e espiritual, transcendendo os limites da cultura política imperial.

Os resultados confirmam, portanto, que o processo brasileiro apresenta uma especificidade: a modernidade não dissolveu a religião, mas produziu sua reconfiguração estratégica. A fé institucionalmente enfraquecida pelo Padroado tornou-se religiosidade popular vibrante; a Igreja privada de seus privilégios temporais reencontrou sua vocação espiritual; e a sociedade, mesmo sob forte influência racionalista, manteve o sagrado como elemento constitutivo de sua identidade. Os Cadernos ISER (1979), ao descreverem o catolicismo como força de coesão simbólica mesmo após a laicização republicana, confirmam esse diagnóstico.

Assim, conclui-se que o percurso histórico compreendido entre o Padroado e a separação não representa uma ruptura destrutiva, mas uma passagem de um modelo dependente para um modelo autônomo de Igreja. Trata-se de um movimento em que secularização e renovação caminham juntas, não como antagonistas, mas como dimensões complementares da experiência histórica da fé

no Brasil. O catolicismo, ao perder o respaldo do Estado, ganhou liberdade interior; ao deixar de ser religião oficial, tornou-se religião social; ao ser desafiado pela modernidade, reencontrou a força originária do Evangelho.

Esse conjunto de achados oferece uma base sólida para compreender os desenvolvimentos posteriores do catolicismo brasileiro no século XX e ajuda a explicar sua impressionante persistência cultural, sua capacidade de reinvenção e seu papel estruturante na formação moral, simbólica e comunitária do país.

## 6 REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Vozes, 1990.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil em 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

COMTE, Auguste. *Catéchisme positiviste*. Paris: Carilian-Goeury, 1852.

CONGAR, Yves. *Vraie et fausse réforme dans l'Église*. Paris: Cerf, 1950.

DE LUBAC, Henri. *Catholicisme: les aspects sociaux du dogme*. Paris: Cerf, 1947.

FRANCISCO, Padre João; et al. (Orgs.). *Cadernos ISER – Igreja e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1979.

FRESTON, Paul. *Religião e sociedade na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1993.

GENTILE, Emilio. *Politics as Religion*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE. *Censo Demográfico 1940: Religião*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

IBGE. *Censo Demográfico 1980: Sinopse Preliminar*. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. *Censo Demográfico 2022: Características gerais da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

ISER – Instituto de Estudos da Religião. *Cadernos do ISER n. 08 – Igreja e Sociedade*. Rio de Janeiro: ISER, 1979.

ISER – Instituto de Estudos da Religião. *Cadernos do ISER n. 12 – Tendências atuais do catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1982.

ISER – Instituto de Estudos da Religião. *Comunicações do ISER, n. 38*. Rio de Janeiro: ISER, 1994.

ISER – Instituto de Estudos da Religião. *Comunicações do ISER, n. 45 – Religião e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISER, 2001.

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é o Esclarecimento?* In: KANT, I. *Textos Seletos*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LIMA, Alceu Amoroso. “*O Catolicismo no Brasil*”. In: *Enciclopédia Delta-Larousse*. Rio de Janeiro: Delta, 1962.

MACEDO COSTA, Dom Antônio de. *Pastoral e Cartas Episcopais*. Belo Horizonte: O Lutador, 1950.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “*Secularização e declínio da religião*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 11, n. 31, p. 43–67, 1996.

POULAT, Émile. *Histoire, Dogme et Critique dans la Crise Moderniste*. Paris: Cerf, 1982.

RATZINGER, Joseph. *Introdução ao Cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1968.

TAYLOR, Charles. *A era secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

TALMON, Jacob. *The Origins of Totalitarian Democracy*. London: Secker & Warburg, 1960.

VOEGELIN, Eric. *The Political Religions*. Munich: Verlag von F. Bruckmann, 1938.